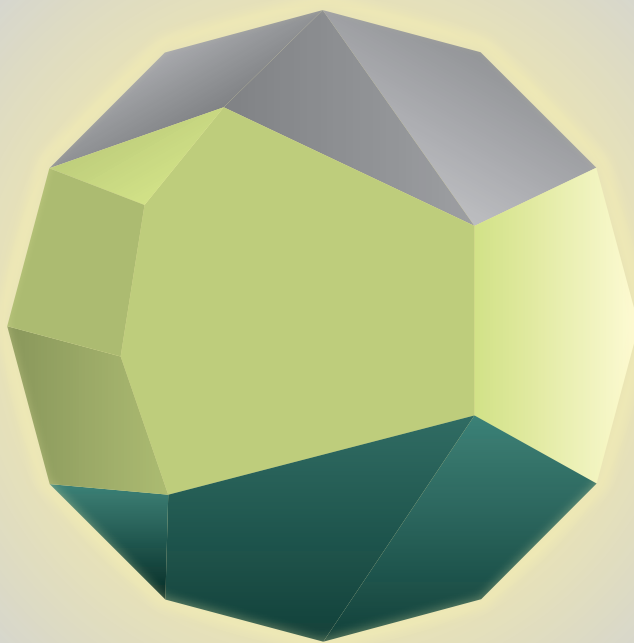


**RESULTADOS
DA AUSCULTAÇÃO
AO SETOR
DA ECONOMIA SOCIAL**



**CASES
2026**

	Sumário Executivo	2
1.	Objetivos da consulta.....	4
2.	Método de análise	4
3.	Perfil dos Participantes.....	5
4.	Principais Desafios e Necessidades.....	8
5.	Áreas de atuação onde a Economia Social tem maior impacto.....	14
6.	Dimensões prioritárias a integrar numa estratégia nacional.....	18
7.	Medidas prioritárias.....	20
8.	Mecanismo de Coordenação.....	22
9.	Público-Alvo para um plano de comunicação.....	24
10.	Resultados esperados e indicadores	26
11.	Conclusões	30

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório apresenta os principais resultados da consulta pública realizada pela CASES, no âmbito da preparação da Estratégia Nacional para a Economia Social.

Perfil e representatividade da participação: consistência temática

Registando mais de mil acessos, foi possível obter contributos efetivos (totais ou parciais) para cerca de 29% das respostas válidas. Apesar de uma taxa limitada de resposta às perguntas abertas, os contributos recolhidos revelam forte consistência temática e permitem identificar prioridades estruturais amplamente partilhadas pelo setor.

A participação foi maioritariamente assegurada por entidades da Economia Social (80%), com predominância de IPSS ou equiparadas e forte concentração na área da intervenção social, o que confere robustez empírica às conclusões, mas também sugere um potencial enviesamento para as necessidades deste subsegmento.

A distribuição geográfica revela cobertura nacional, incluindo territórios urbanos, periurbanos e de baixa densidade, embora concentrando-se em distritos do litoral, sugerindo assimetrias na mobilização e capacidade participativa.

Principais desafios e necessidades: um núcleo crítico interdependente

Os resultados evidenciam um núcleo crítico interdependente de desafios e necessidades relacionados com sustentabilidade financeira, valorização e retenção de recursos humanos, reconhecimento institucional, burocracia e regulamentação, cooperação entre entidades, bem como transição digital. Pressões demográficas e desigualdades territoriais reforçam a necessidade de respostas mais integradas e territorialmente ajustadas.

Áreas de impacto atual e futuro: do “ pilar social ” ao “ laboratório de inovação ”

A consulta distingue entre áreas de impacto já consolidado — como ação social, infância, envelhecimento e saúde — e áreas estratégicas emergentes, incluindo envelhecimento ativo, habitação, saúde mental, inovação social, transição ecológica e digitalização, entendidas como evolução necessária das respostas tradicionais e dependentes de condições estruturais para modernização e escala.

Dimensões prioritárias para a Estratégia: convergência em três eixos centrais

A análise das prioridades estratégicas evidencia uma clara convergência em três eixos centrais: acesso ao financiamento, reforço do reconhecimento do setor e capacitação dos recursos humanos. Como dimensões complementares, surgem a inovação social, a promoção regional e local e a modernização digital.

Medidas prioritárias de capacitação: a ambição de um ecossistema integrado

As propostas de medidas convergem em oito eixos de capacitação, que, em conjunto, traduzem uma conclusão central: o setor necessita de um ecossistema estruturado de capacitação, assente no desenvolvimento de competências, apoio técnico continuado, financiamento orientado para a sustentabilidade, modernização tecnológica e enquadramento institucional coerente.

Mecanismos de coordenação: governação multiactor, territorial e suportada por dados

No domínio da coordenação, prevalece a perceção de que os mecanismos existentes são pouco operacionais e com fraca influência nas políticas. As respostas defendem uma governação multiactor mais estruturada, assente no reforço das instâncias nacionais (como o CNES), coordenação interministerial, estruturas territoriais permanentes, metodologias de co-criação, plataformas digitais, sistemas robustos de dados e articulação formal com o setor privado.

Plano de comunicação: literacia pública, influência política e mobilização de recursos

Na comunicação, a prioridade é a sociedade em geral, seguida de decisores públicos, empresas e investidores, público interno e jovens. O objetivo central deverá ser o de reforçar o conhecimento, a valorização e a confiança na Economia Social, superando narrativas assistencialistas, mas também influenciar políticas, mobilizar recursos e promover a coesão interna do setor.

Resultados esperados: reforço estrutural e impacto demonstrável

Os resultados esperados de uma Estratégia Nacional para a Economia Social devem traduzir-se numa agenda de transformação estrutural assente em sustentabilidade financeira, valorização de recursos humanos, modernização e digitalização, maior impacto social e territorial, cooperação reforçada e reconhecimento público do setor. A monitorização deverá apoiar-se em indicadores económicos, de recursos humanos, modernização organizacional, impacto social e notoriedade institucional.

Conclusão

Globalmente, a consulta demonstra uma visão convergente quanto à necessidade de consolidar e profissionalizar o setor, garantindo financiamento, modernização e impacto demonstrável. As conclusões apresentam forte coerência com as orientações identificadas pela OCDE, reforçando a robustez das prioridades agora sistematizadas, que servirão de base estruturante para a definição, implementação e monitorização da Estratégia Nacional para a Economia Social.

1. OBJETIVOS DA CONSULTA

Este documento apresenta os principais resultados da consulta pública promovida pela CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, que decorreu entre **6 de outubro e 31 de novembro de 2025**.

A iniciativa foi realizada no âmbito do projeto internacional «**Apoiar o desenvolvimento da Economia Social como motor de crescimento**», desenvolvido pela Comissão Europeia (*Reform and Investment Task Force* - SG REFORM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a CASES e a Direção-Geral da Segurança Social (DGSS).

Lançado em junho de 2025, este projeto visa apoiar Portugal — a par da Croácia, França, Grécia e Valónia (Bélgica) — no reforço das condições estruturais necessárias ao desenvolvimento da Economia Social, através de uma abordagem colaborativa.

Em Portugal, o foco do projeto passa pela definição, de forma participada e baseada em evidência, de prioridades estratégicas, mecanismos de monitorização e avaliação, instrumentos de consulta e um plano de comunicação que reforce o papel da Economia Social no desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Neste contexto, a consulta pública teve como objetivo recolher contributos de todo o ecossistema da Economia Social — incluindo entidades do setor, especialistas, representantes institucionais e pessoas singulares, com vista à identificação de **desafios, necessidades, oportunidades e propostas concretas** para o futuro deste setor em Portugal.

2. MÉTODO DE ANÁLISE

A consulta incluía, para todos os participantes, 8 perguntas abertas e 1 pergunta fechada.

As **8 perguntas abertas** procuravam captar: os desafios; e as necessidades mais prementes; áreas de atuação em que o sector da Economia Social tem maior impacto; dimensões prioritárias a integrar numa estratégia; as medidas mais relevantes para reforçar a capacitação da Economia Social; os mecanismos de coordenação e consulta a criar ou reforçar; o público-alvo prioritário de um plano de comunicação; e os principais resultados esperados de uma estratégia para o setor.

O estudo das respostas a estas perguntas baseou-se numa **análise lexicológica** que permitiu identificar as **ideias maioritárias**, por agrupamento temático, de forma a destacar os principais temas aludidos pelos participantes. Foi também objetivo revelar **tendências menos expressivas** e/ou ideias singulares propostas pelos participantes.

A **pergunta fechada** focava-se na identificação e classificação, através de uma escala de Likert, das **áreas prioritárias a integrar na estratégia nacional**, incluindo uma opção “outros” para completar a lista de propostas.

A análise dos resultados procurou captar a **visão global dos participantes** para o futuro da Economia Social em Portugal. Porém, foram consideradas as variações de resposta em função das

características específicas dos participantes (tipo de entidade, área de atuação, tipo de território), e salientadas, **quando suficientemente significativas**, para se poderem tirar conclusões adicionais.

3. PERFIL DOS PARTICIPANTES

Foram obtidos 1203 acessos à plataforma de consulta, mas 340 pessoas ou organizações não preencheram qualquer campo.

Do conjunto de respostas obtidas (863), todas incluindo elementos de identificação, apenas **29% continham contributos às perguntas colocadas** (totais ou parciais), sendo sobre esses que incidirá a análise sobre os elementos referentes a desafios, necessidades, oportunidades e propostas concretas identificadas pelos participantes.

Observa-se assim que, apesar do número significativo de acessos à plataforma, apenas uma parte dos participantes optou por responder às perguntas abertas da consulta. Ainda assim, o volume e a qualidade dos contributos recolhidos permitem identificar tendências claras, preocupações transversais e propostas consistentes, que sustentam a análise apresentada nos capítulos seguintes.

Tipo de participante

A tipologia de participantes com contributos revela que **80% são atores da Economia Social**. Este resultado confirma o interesse e o envolvimento ativo das organizações da Economia Social nos processos de definição estratégica e de políticas públicas que lhes dizem respeito.

A distribuição dos participantes demonstra igualmente uma representação abrangente das diferentes famílias da Economia Social em Portugal, incluindo associações, cooperativas, fundações, misericórdias, mutualidades, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades como estruturas representativas (federações e confederações). Esta diversidade institucional contribui para uma pluralidade de perspetivas, refletindo a heterogeneidade do setor em termos de missões, modelos organizacionais e áreas de intervenção.

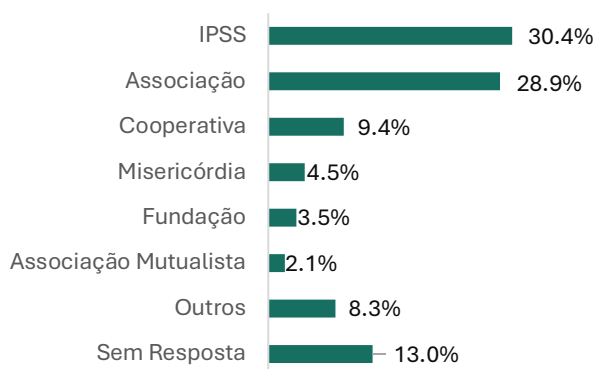


Figura 1
Distribuição institucional dos participantes na consulta pública

Importa notar que 30% dos participantes se identificaram como IPSS sem que seja possível aferir a natureza jurídica da organização. Por seu turno, considerando as particularidades das misericórdias e associações mutualistas, e o facto de algumas entidades terem feito a sua identificação considerando natureza jurídica e detenção de estatutos especiais, é possível estimar que **cerca de 49% dos participantes tenham estatuto de IPSS ou equiparado**. Nesse sentido, verifica-se uma representação particularmente elevada de entidades com este estatuto, circunstância que poderá influenciar os resultados obtidos e que deve ser tida em consideração na respetiva interpretação, tendo em conta que apenas cerca de 7% do setor nacional é composto por entidades com esta natureza.

Registam-se também outros perfis relevantes, ainda que em menor proporção, nomeadamente representantes da administração pública, entidades do sistema científico, especialistas individuais e pessoas singulares. Esta participação mais alargada reforça o carácter aberto da consulta e permite integrar contributos externos ao setor, relevantes para uma visão sistémica do seu desenvolvimento.

Área de atuação

A análise das áreas de atuação principais dos respondentes evidencia uma forte concentração no **apoio social**, que representa mais de metade das respostas. Este resultado é consistente com o perfil dos participantes na consulta, maioritariamente constituído por IPSS, cuja missão se centra na prestação de respostas sociais de proximidade dirigidas a populações vulneráveis, incluindo crianças, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de risco.

O grupo residual “**Outros**” agrega um conjunto heterogéneo de atividades, que incluem, entre outras, consultoria estratégica, voluntariado e cultura.

Estes dados confirmam que a consulta pública foi fortemente alimentada por entidades com intervenção direta na área social, refletindo a centralidade deste domínio na Economia Social portuguesa, enquanto evidencia a presença de um conjunto alargado de outras atividades que reforçam o papel do setor enquanto agente de desenvolvimento social, económico e territorial.

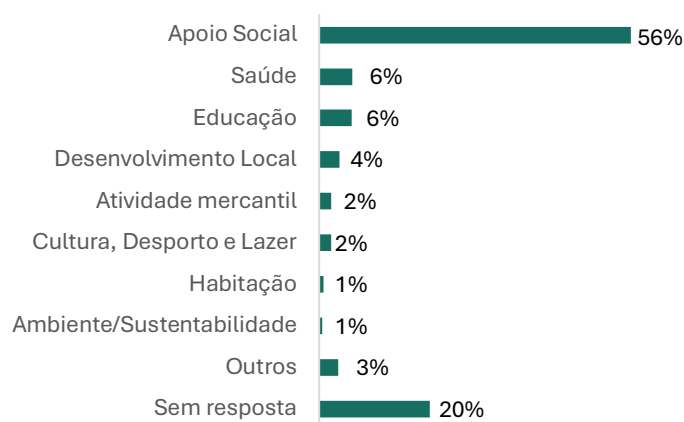


Figura 2
Distribuição dos participantes na consulta pública por área de atuação

Distribuição Geográfica

As respostas evidenciam uma cobertura nacional, incluindo áreas urbanas, periurbanas e territórios de baixa densidade. Esta **diversidade territorial** é particularmente relevante, tendo em conta o papel estruturante que a Economia Social desempenha na coesão territorial, na prestação de serviços de proximidade e na resposta a necessidades sociais em contextos diferenciados.

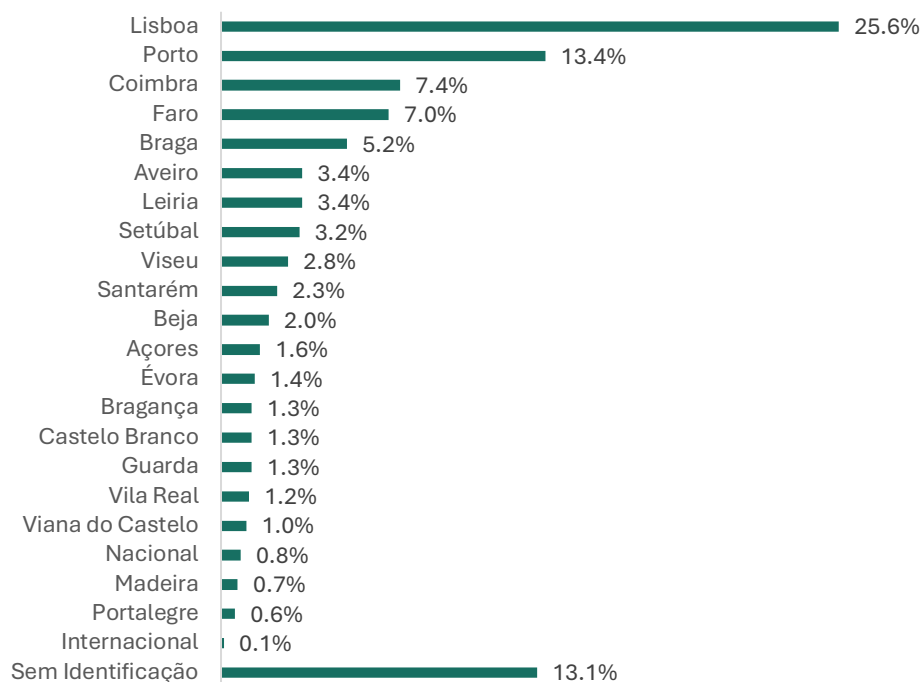


Figura 3
Distribuição geográfica dos participantes na consulta pública

Comparando esta distribuição geográfica com a distribuição conhecida do setor da Economia Social em Portugal, com base nos dados oficiais da Conta Satélite da Economia Social (CSES)¹, evidenciam-se algumas assimetrias relevantes. Alguns distritos como Lisboa, Porto, Coimbra e Faro, surgem sobre-representados, sugerindo uma **maior mobilização dos atores localizados em áreas urbanas e/ou com maior densidade institucional e capacidade organizativa**.

Em sentido inverso, verifica-se uma sub-representação generalizada de distritos do interior e de territórios de menor densidade populacional, bem como das regiões autónomas. Esta tendência poderá refletir constrangimentos estruturais à participação, nomeadamente menor capacidade institucional, menor proximidade a processos de consulta nacional ou limitações de recursos humanos e técnicos.

Apesar destas diferenças, a **participação apresenta uma cobertura territorial alargada**, captando contributos provenientes de diferentes realidades regionais, ainda que com um peso relativo superior dos territórios metropolitanos e litorais.

¹ Edição de 2023 com dados de 2019 e 2020, disponível em: <https://www.cases.pt/contasatelitedaes/>

De forma global, o perfil dos participantes confere robustez e legitimidade aos resultados da consulta pública, assegurando que as conclusões extraídas assentam maioritariamente na experiência direta e no conhecimento acumulado dos atores que integram e vivenciam quotidianamente a Economia Social em Portugal. Todavia, dada a sobre representação de entidades com estatuto de IPSS ou equiparadas, importa considerar um potencial enviesamento das respostas às necessidades deste subgrupo da Economia Social em Portugal.

4. PRINCIPAIS DESAFIOS E NECESSIDADES

- 2.1. *Quais são, na sua perspetiva, os principais desafios que se colocam atualmente ao sector da economia social em Portugal?*
- 2.2. *Quais são as necessidades mais prementes das entidades da economia social, que merecem ser abordadas na definição da estratégia nacional?*

A análise às respostas obtidas permitiu agrupar os principais desafios apontados pelos participantes em **oito grupos**, sendo evidente que os desafios identificados são **altamente interdependentes**.

A **sustentabilidade financeira** e os **recursos humanos** constituem o núcleo crítico do setor, surgindo sistematicamente associados a problemas de manutenção das atividades, governação, e incapacidade de planeamento de médio e longo prazo.

O **défi ce de visibilidade e reconhecimento institucional**, a **burocracia excessiva** e **legislação inadequada** e a **fraca cooperação interinstitucional**, reforçam a fragmentação do setor e limitam a sua capacidade de afirmação estratégica, enquanto as **transformações digitais** são frequentemente identificadas como uma prioridade e ambição para o futuro, mas ainda não se encontram amplamente implementadas na prática quotidiana da maioria das organizações.

Por fim, as **pressões demográficas** e as **desigualdades territoriais** representam fatores de *stress* estrutural, agravando fragilidades existentes e exigindo respostas mais integradas, territoriais e sustentadas.

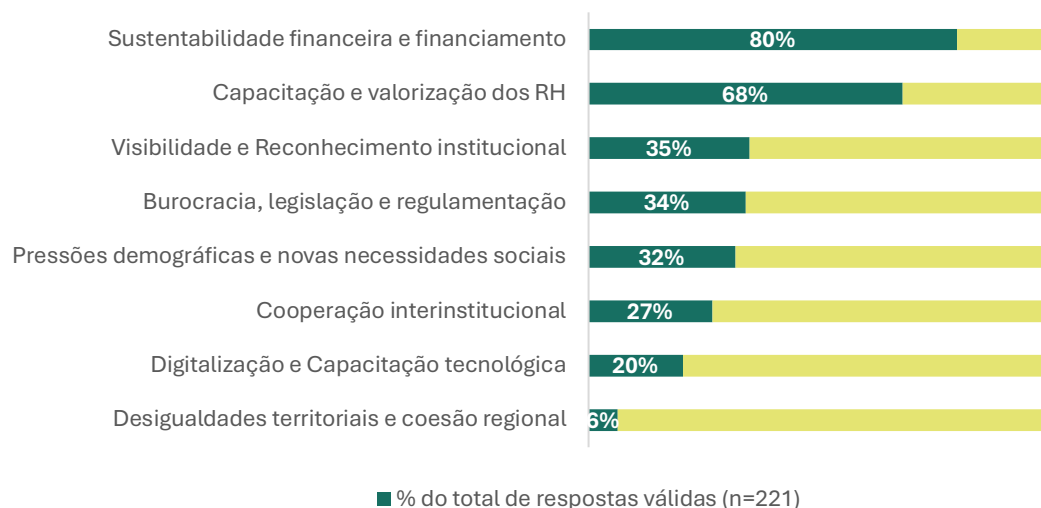


Figura 4
Distribuição das respostas por tipo de desafio identificado

De notar que a análise por família institucional revela **convergência nos desafios estruturais do setor**, em particular na sustentabilidade financeira. Contudo, observam-se diferenças de ênfase consoante o modelo organizacional. As entidades de prestação direta de serviços sociais, como as IPSS e maioria das Associações, demonstram maior sensibilidade às questões de sustentabilidade financeira e pressões demográficas, enquanto as fundações e cooperativas evidenciam preocupações acrescidas com profissionalização e enquadramento regulatório.

Em termos territoriais, não se identificam clivagens regionais significativas nos principais desafios. Ainda assim, pressões demográficas, desigualdades territoriais e digitalização assumem maior expressão em territórios do interior e nas regiões autónomas.

Por seu turno, observa-se que as principais necessidades elencadas pelo setor estão muito alinhadas com os desafios identificados, destacando-se em primeiro lugar a necessidade de garantir sustentabilidade financeira, através de **modelos de financiamento mais estáveis, adequados, previsíveis e diversificados**, que permitam assegurar a continuidade das respostas, o planeamento de médio e longo prazo e o investimento organizacional.

De forma estreitamente associada, surge a **valorização e capacitação dos recursos humanos**, refletindo dificuldades persistentes de recrutamento, retenção e qualificação, bem como a urgência pela **profissionalização** da gestão como fator crítico de reforço da qualidade, eficiência e impacto das intervenções.

É sublinhado ainda a necessidade de **maior reconhecimento institucional** e integração da Economia Social nas políticas públicas, superando uma relação ainda excessivamente instrumental com o Estado, e a necessidade de **redução da burocracia e simplificação** dos enquadramentos legais e administrativos.

O reforço da **cooperação interinstitucional**, da **digitalização e modernização tecnológica** e a necessidade de adaptação das respostas e recursos às **pressões demográficas** e às **desigualdades**

territoriais surgem igualmente como necessidades relevantes, sobretudo enquanto condições facilitadoras de respostas mais integradas, inovadoras e ajustadas às realidades locais.

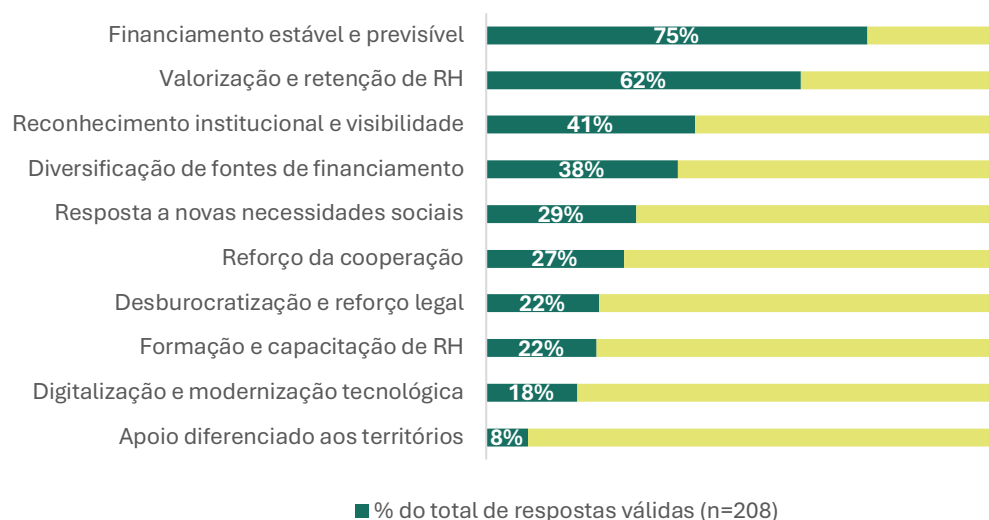


Figura 5
Distribuição das respostas por tipo de necessidade identificada

Relativamente às necessidades, verifica-se uma **convergência clara na prioridade atribuída ao financiamento estável e previsível em todas as famílias**. As diferenças surgem sobretudo nas prioridades secundárias: associações, mutualidades e IPSS destacam a valorização e retenção de recursos humanos; misericórdias acrescentam uma forte ênfase na formação e capacitação para além da valorização e retenção; cooperativas salientam a diversificação de fontes de financiamento; e fundações atribuem maior relevância ao reconhecimento institucional e à visibilidade.

A nível territorial, o **financiamento e os recursos humanos mantêm carácter transversal**. As variações mais expressivas concentram-se no reconhecimento institucional, no reforço da cooperação e na necessidade de apoio diferenciado aos territórios, com maior incidência nas regiões autónomas e em zonas de menor densidade populacional.

Em síntese, a análise evidencia um forte alinhamento entre desafios e necessidades, revelando um conjunto de constrangimentos estruturais e interdependentes que exigem respostas integradas, de médio e longo prazo, no âmbito da Estratégia Nacional para a Economia Social e que podem ser sistematizados na **tabela** seguinte:

Tabela 1

Principais **Desafios** e **Necessidades** identificados no processo de consulta pública

Principais Desafios		Principais Necessidades	
D1 Sustentabilidade financeira e modelos de financiamento desajustados	O desafio mais transversal prende-se com a fragilidade financeira das organizações da Economia Social, marcada por forte dependência de financiamento público, comparticipações insuficientes face aos custos reais, atrasos nos pagamentos e financiamento excessivamente orientado para projetos de curta duração. Esta situação limita o planeamento estratégico, a continuidade das respostas e o investimento em inovação, infraestruturas e recursos humanos.	N1 Financiamento estável, adequado e previsível	Necessidade transversal e dominante, por modelos de financiamento plurianuais que permitam planeamento estratégico, investimento e continuidade das respostas de maior duração, e pela atualização dos valores face aos custos reais (salários, energia, alimentação), bem como a capacitação das organizações para gestão financeira e reforço da sua autonomia (Outros desafios associados: D4)
	Embora exista forte pressão para inovar, muitos participantes referem também que os modelos de financiamento e a excessiva focalização em “novos projetos” dificultam a consolidação e escalabilidade de respostas com provas dadas. A ausência de financiamento para crescimento, replicação e institucionalização limita assim o impacto sistémico da inovação social.	N2 Diversificação de fontes de financiamento e instrumentos financeiros adequados	Para além do reforço do financiamento público, os participantes sublinham a necessidade de acesso a financiamento híbrido (público–privado), investimento de impacto, mecenato, linhas de crédito ético e instrumentos financeiros adaptados à natureza não lucrativa ou híbrida das entidades da Economia Social. (Outros desafios associados: D3, D4)
D2 Escassez, valorização, retenção e capacitação de recursos humanos	Surge de forma muito consistente a dificuldade em recrutar, reter e valorizar profissionais qualificados, associada a salários pouco competitivos, ausência de carreiras reconhecidas, elevada rotatividade e desgaste emocional. O problema é particularmente agudo em áreas de cuidado direto (idosos, deficiência, infância, saúde mental) e em territórios do interior.	N3 Valorização e retenção dos recursos humanos	Necessidade muito recorrente, associada a baixos salários, dificuldade de recrutamento e retenção, ausência de carreiras próprias, envelhecimento das equipas e desgaste emocional. Inclui também a necessidade de reconhecimento social e institucional do trabalho no setor (por exemplo a necessidade de revisão do estatuto de dirigente voluntário). (Outros desafios associados: D3, D5, D7, D8)
	É frequente também a referência a modelos de governação assentes em dirigentes voluntários pouco capacitados, envelhecimento das lideranças e distância entre órgãos sociais e equipas técnicas. A falta de competências em gestão estratégica, planeamento financeiro, liderança e avaliação de impacto nos dirigentes é vista como um obstáculo estrutural à sustentabilidade e modernização do setor.	N4 Capacitação e formação de dirigentes e equipas	Necessidade de investimento estruturado em formação contínua e especializada, sobretudo em áreas como gestão, liderança, inovação social, digitalização, avaliação de impacto, angariação de fundos e governação, evitando abordagens avulsas ou meramente instrumentais. (Outros desafios associados: D7)

Principais Desafios		Principais Necessidades	
D3 Falta de reconhecimento institucional e valorização pública	A Economia Social continua a ser percecionada, segundo os participantes, de forma redutora e assistencialista, com fraco reconhecimento e meios de comunicação sobre o seu contributo económico, social e territorial. Esta invisibilidade, não só para a população, mas também nas instituições públicas e privadas, afeta a valorização dos profissionais, a prioridade nas políticas públicas e a capacidade de mobilizar parcerias privadas e investimento social.	N5 Reconhecimento institucional, político e social do setor	Os participantes apontam a necessidade de maior reconhecimento do papel estruturante da Economia Social, incluindo a sua integração efetiva na definição de políticas públicas, a criação de uma entidade pública para apoio e fomento do sector, a valorização do impacto gerado, melhoria da visibilidade pública, da informação existente, incluindo maior conhecimento do impacto social das entidades, e clarificação de conceitos (Economia Social, empresa social). Apontam ainda a necessidade de integrar a Economia Social nos programas escolares e de formação profissional e de fomentar a participação ativa das pessoas em projetos de voluntariado e inovação social. (Outros desafios associados: D1, D6)
D4 Burocracia excessiva e enquadramento legal inadequado	Os participantes apontam repetidamente a complexidade dos processos administrativos, das candidaturas e do reporte, bem como exigências legais e normativas desajustadas à dimensão e natureza das entidades. A fragmentação do enquadramento jurídico e fiscal e a rigidez das respostas tipificadas surgem como entraves à inovação e à adaptação às necessidades reais das comunidades.	N6 Simplificação administrativa e reforço legal	Forte necessidade de desburocratização dos processos de candidatura, reporte, licenciamento e fiscalização, bem como de harmonização entre entidades públicas, reduzindo duplicações e libertando recursos para a intervenção social propriamente dita. Necessidade de desenvolver um quadro jurídico e regulamentar que tenha em conta as características específicas das entidades do sector, incluindo aspetos como a regulamentação da Lei de Bases (ex. estatuto fiscal e base de dados), a necessidade de facilitação do acesso à contratação pública e a introdução de um estatuto de empresa social. (Outros desafios associados: D1, D3, D6)
D5 Pressão demográfica e aumento da complexidade das necessidades sociais	O envelhecimento da população, o aumento da dependência, a emergência da saúde mental, da habitação e de novas vulnerabilidades sociais colocam uma pressão crescente sobre organizações já fragilizadas. Muitos contributos referem que as respostas existentes não acompanham a complexidade e diversidade das necessidades atuais.	N7 Resposta às novas necessidades sociais e pressões demográficas	Necessidade de adaptação das respostas sociais ao envelhecimento da população, saúde mental, habitação, migrações, pobreza emergente e novas formas de exclusão, com modelos mais flexíveis, centrados na pessoa e baseados na comunidade, com inerente necessidade de reforço de recursos e apoios à inovação social. (Outros desafios associados: D1, D2, D8)
D6 Fragmentação do setor e fraca cooperação e coordenação entre entidades	Muitos contributos sublinham a dispersão de esforços, a competição entre entidades por financiamento, a fraca articulação em rede, quer com outras organizações do setor, quer com o Estado, e a inexistência de estratégias concertadas a nível territorial ou setorial. Esta fragmentação reduz eficiência, dificulta respostas integradas e enfraquece a capacidade de influência política do setor.	N8 Reforço da cooperação e do trabalho em rede	Necessidade de superar a fragmentação do setor, promovendo redes de cooperação entre entidades, parcerias com o Estado, autarquias, empresas, universidades e outros atores, bem como modelos de partilha de recursos, serviços e conhecimento. Reconhecimento do setor, como interlocutor na formulação e execução de políticas públicas específicas (Outros desafios associados: D3)

Principais Desafios		Principais Necessidades	
D7 Digitalização insuficiente e desigual	A transição digital surge como um desafio transversal, associado à falta de recursos financeiros, competências digitais, infraestruturas e apoio técnico. Esta limitação afeta a eficiência interna, a comunicação externa, a medição de impacto e a capacidade de acesso a financiamento e redes colaborativas, sendo mais acentuada em organizações pequenas e em territórios de baixa densidade.	N9 Digitalização, modernização tecnológica e capacitação digital	Necessidade de apoio técnico e financeiro à transição digital, incluindo sistemas de gestão, interoperabilidade de dados, medição de impacto, comunicação e inovação tecnológica, garantindo que entidades pequenas ou em territórios menos favorecidos não fiquem excluídas. (Outros desafios associados: D1, D2, D5, D8)
D8 Desigualdades territoriais	É recorrente a referência às dificuldades acrescidas dos territórios do interior e das regiões de baixa densidade: menor acesso a financiamento, maior escassez de recursos humanos, infraestruturas envelhecidas e menor visibilidade institucional, agravando as assimetrias regionais.	N10 Apoio diferenciado aos territórios	Necessidade de políticas e financiamentos diferenciados para territórios de baixa densidade, regiões autónomas e contextos rurais, reconhecendo custos acrescidos, dificuldades de recrutamento e papel central das entidades da Economia Social na coesão territorial. (Outros desafios associados: D1, D2, D5)

5. ÁREAS DE ATUAÇÃO ONDE A ECONOMIA SOCIAL TEM MAIOR IMPACTO

2.3. *Em que áreas de atuação considera que o sector da economia social tem maior impacto positivo na atualidade? Em que áreas de atuação considera que a economia social tem maior potencial de desenvolvimento futuro?*

Evidencia-se uma clara diferenciação entre áreas de impacto consolidado e áreas de potencial estratégico futuro. O impacto atual da Economia Social concentra-se sobretudo na **ação social e inclusão, infância e saúde**, refletindo a sua função histórica de resposta às necessidades sociais básicas e estruturais.

Em paralelo, os participantes apontam um alargamento do horizonte estratégico do setor, com forte expectativa de crescimento em áreas como **o envelhecimento ativo, a habitação, saúde mental, inovação social, transição ecológica e digitalização**. Estas áreas são vistas não como substituição das respostas tradicionais, mas como evolução necessária para responder a desafios demográficos, sociais, tecnológicos e ambientais cada vez mais complexos.

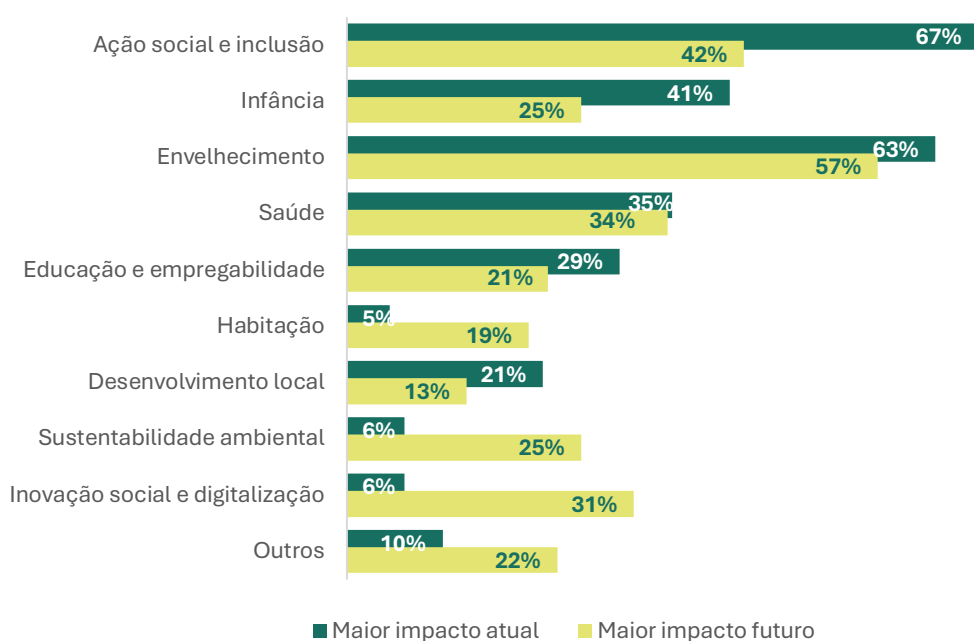


Figura 6
Distribuição das respostas por áreas de atuação onde a Economia Social tem maior impacto, presente e futuro (% do total de respostas válidas, n=196)

De salientar que estes resultados surgem muito alinhados com as conclusões do Eurobarómetro Especial 567² – “A Economia Social na vida dos europeus”, onde se concluiu que, segundo os

² Disponível em: <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/3356>

portugueses, o setor onde as organizações da Economia Social fazem a maior diferença é na Saúde e apoio social e onde têm maior impacto social ou comunitário é no domínio da redução da pobreza e na oferta de cuidados e serviços de saúde. O Eurobarómetro evidenciou, todavia, uma maior ênfase no domínio da habitação, que nesta auscultação surge sobretudo como uma área de impacto futuro.

Em suma, a Economia Social é percecionada simultaneamente como pilar de proteção social e como laboratório de inovação para o futuro, desde que sejam criadas condições estruturais de sustentabilidade, capacitação e reconhecimento institucional. As principais áreas de atuação, presente e o seu potencial futuro, podem ser sintetizadas na seguinte **tabela:**

Tabela 2

Áreas de atuação com maior impacto atual e futuro identificados no processo de consulta pública

Principais Áreas de Atuação	
A1 Ação social, inclusão e combate à pobreza	É, de forma praticamente unânime, a área de maior impacto positivo atual da Economia Social. Inclui apoio alimentar, emergência social, integração de grupos vulneráveis, sem-abrigo, migrantes, pessoas com deficiência e famílias em situação de pobreza. O setor é reconhecido como pilar essencial do Estado social, completando o papel do Estado e chegando onde este e o mercado não chegam. Potencial futuro: manutenção do papel central, com maior enfoque em prevenção, integração e autonomia. Salienta-se aqui em particular a integração de públicos vulneráveis como os migrantes.
A2 Infância, juventude e famílias	Área fortemente consolidada, com destaque para creches, pré-escolar, acolhimento, intervenção precoce, proteção de crianças e jovens em risco e apoio às famílias. Surge como área estratégica tanto pelo impacto presente como pelo efeito preventivo de longo prazo. Potencial futuro: reforço da educação inclusiva, inovação pedagógica, parentalidade positiva e prevenção de ciclos de exclusão.
A3 Envelhecimento, dependência e cuidados de longa duração	Uma das áreas mais referidas, refletindo o desafio demográfico central do país. Inclui ERPI, SAD, centros de dia, cuidados continuados, apoio domiciliário, cuidadores informais e modelos alternativos (<i>cohousing</i>, residências colaborativas). Potencial futuro: considerado muito elevado dado o envelhecimento da população portuguesa, com apelo a novos modelos humanizados, comunitários, preventivos e tecnologicamente apoiados.
A4 Saúde, saúde mental e bem-estar	Área reconhecida como complementar e, em muitos contextos, estruturante face às lacunas do SNS, sobretudo em cuidados continuados, saúde mental comunitária, reabilitação, cuidados paliativos e prevenção. A saúde mental surge de forma particularmente consistente como área emergente. Potencial futuro: as principais áreas de crescimento apontadas são a saúde mental, a expansão de respostas comunitárias, a integração social-saúde, a prevenção e literacia em saúde, os seguros e farmácias sociais.

Principais Áreas de Atuação	
A5 Educação, formação e empregabilidade	Inclui educação formal e não formal, formação profissional, inclusão socioprofissional, empresas sociais e emprego protegido. É vista simultaneamente como área de impacto e como instrumento transversal de inclusão e desenvolvimento económico. Potencial futuro: alinhamento com transições digital e verde, empreendedorismo social e qualificação de públicos vulneráveis.
A6 Habitação e respostas residenciais	Área menos dominante no impacto atual, mas muito destacada enquanto potencial futuro, em resposta à crise habitacional. Inclui habitação acessível, cooperativas de habitação, residências assistidas, modelos de vida autónoma e soluções intermédias entre institucionalização e abandono. Potencial futuro: elevado, sobretudo em modelos comunitários, cooperativos e integrados com serviços sociais.
A7 Desenvolvimento local, coesão territorial e cidadania	A Economia Social é amplamente reconhecida como âncora territorial, especialmente em zonas rurais e de baixa densidade. Inclui dinamização comunitária, cultura local, participação cívica, voluntariado e preservação de património. Potencial futuro: reforço do papel como motor de coesão territorial, governança local e desenvolvimento endógeno através da cocriação e estabelecimento de parcerias locais.
A8 Sustentabilidade ambiental, economia circular e transição ecológica	Área ainda emergente no impacto atual, mas com forte reconhecimento enquanto área estratégica de futuro. Inclui economia circular, energias renováveis comunitárias, agricultura social, gestão de resíduos e projetos verdes com impacto social. Potencial futuro: elevado, associado à criação de emprego verde e à transição justa.
A9 Inovação social, digitalização e novos modelos	Área transversal, frequentemente associada ao futuro do setor. Inclui inovação organizacional, plataformas digitais, tecnologia social (<i>tech for good</i>), avaliação de impacto, novos modelos de cuidados, empresas sociais, empreendedorismo jovem e modelos híbridos. Os participantes da consulta tendem a considerar que a Economia Social esta numa posição privilegiada para servir de ponte entre a inovação tecnológica e a inovação social. Potencial futuro: muito elevado, condicionado à capacitação, financiamento e enquadramento institucional.
A10 Outros	Inclui áreas menos frequentes ou muito específicas: desporto, justiça, finanças éticas, turismo social, artes, combate a desinformação, democracia, etc. Apesar de menos expressivas em frequência, ilustram a diversidade e plasticidade do setor.

6. DIMENSÕES PRIORITÁRIAS A INTEGRAR NUMA ESTRATÉGIA NACIONAL

2.4. *Quais devem ser as áreas prioritárias a integrar na estratégia nacional?*

2.5. *Que outras áreas prioritárias considera serem relevantes para promover e fortalecer o sector da Economia Social?*

Considerando as dimensões prioritárias a integrar na futura Estratégia Nacional para a Economia Social, as respostas à consulta pública revelam uma **clara hierarquização** das mesmas, com forte concentração nas categorias de “Prioridade Alta” e “Prioridade Máxima” na maioria das dimensões avaliadas. Esta distribuição confirma uma visão relativamente consensual entre os participantes quanto às áreas estruturantes para o reforço do setor.

Não obstante, destaca-se de forma particularmente expressiva a dimensão **“Melhorar o acesso ao financiamento”**, que regista o maior número de classificações como prioridade máxima, apontando para a centralidade da sustentabilidade financeira enquanto condição prévia para a consolidação e crescimento da Economia Social.

“Reforçar o reconhecimento do setor” assume também uma posição de destaque, o que confirma a importância atribuída à valorização institucional e política da Economia Social, bem como à sua integração mais consistente nos processos de definição de políticas públicas e valorização junto do público em geral.

Em estreita articulação, a prioridade elevada de **“Promover a capacitação dos recursos humanos”**, reflete a perceção de que a qualificação, valorização e profissionalização das equipas são determinantes para a qualidade das respostas e para a robustez organizacional. De igual modo, **“Promover a ES a nível regional e local”** e **“Estimular a inovação social”** registam níveis elevados de prioridade, comprovando a relevância da dimensão territorial e da capacidade de renovação e adaptação do setor.

Em contraste, áreas como **“Promover a ES a nível internacional”** ou **“Melhorar o acesso a mercados”**, embora reconhecidas como relevantes, apresentam menor intensidade relativa de prioridade máxima, sugerindo que estão subordinadas a desafios estruturais mais imediatos, designadamente financiamento, reconhecimento institucional e recursos humanos.

Importa ainda referir os contributos obtidos no grupo **“Outros”**, onde as respostas abertas não tendem a introduzir eixos completamente novos, mas antes aprofundam e operacionalizam as prioridades já sinalizadas, o que leva a concluir que **as 10 áreas propostas cobrem adequadamente o essencial**. Todavia, é possível assinalar alguns subtemas relevantes como a criação de um estatuto fiscal mais favorável, o reforço de incentivos ao mecenato e ao investimento social, a adoção de regimes de contratação pública socialmente responsável, a necessidade de simplificação administrativa e desburocratização dos processos de registo, licenciamento, candidatura e prestação de contas e o reforço da governança e da profissionalização da gestão. Adicionalmente, várias respostas sublinham a importância da medição de impacto, da criação de indicadores comuns, de observatórios e da produção de conhecimento aplicado que sustenta políticas públicas baseadas em

evidência. Por fim, surgem áreas temáticas específicas não previstas nas opções originais — como habitação, saúde comunitária e mental, envelhecimento, pobreza, infância, deficiência, desporto e cultura como instrumentos de inclusão — que ampliam o espectro setorial da estratégia.



Figura 7

Média ponderada de prioridade atribuída às áreas estratégicas
(1 – Não relevante a 5 – Prioridade Máxima)

A leitura dos resultados considerando as diferentes naturezas institucionais dos participantes dentro do setor da Economia Social, evidenciam um consenso significativo quanto à centralidade do acesso ao financiamento, reforço de reconhecimento e capacitação de recursos humanos. Observam-se, todavia, algumas nuances:

- **Associações, IPSS e Misericórdias** apresentam as médias mais elevadas em acesso ao financiamento (4,73, 4,80 e 4,90, respetivamente), confirmando a centralidade da sustentabilidade financeira para este tipo de entidades.
- **Misericórdias** destacam-se ainda na valorização da transição digital (4,60), sugerindo preocupação com modernização organizacional.
- **Fundações** atribuem a maior prioridade ao reforço do reconhecimento do setor (4,89) e são as que mais valorizam o enquadramento político-jurídico (4,22), sugerindo uma sensibilidade acrescida à dimensão institucional e estratégica.
- **Cooperativas** apresentam médias relativamente mais elevadas na transição ecológica (4,00), transição digital (4,26) e inovação social (4,43), o que pode refletir maior orientação para modelos híbridos e de mercado.
- **Associações Mutualistas** revelam prioridade relativamente mais baixa no enquadramento jurídico (3,17) e internacionalização (2,57), mantendo foco principal no reconhecimento e capacitação.

Adicionalmente, de notar que financiamento, reconhecimento e capacitação são também prioridades nacionais transversais, sem clivagem territorial significativa, as variações territoriais são mais visíveis nas dimensões de promoção regional/local, transições ecológica e digital e, em menor grau, internacionalização, com maior intensidade relativa em territórios do interior e regiões autónomas. Ainda assim, estas diferenças não alteram a hierarquia global de prioridades, que se mantém relativamente homogénea a nível nacional.

Em síntese, esta análise confirma uma forte convergência das respostas em torno de três eixos estratégicos centrais — **financiamento, reconhecimento e capacitação** — complementados pela inovação e territorialização, que deverão constituir pilares fundamentais na definição das prioridades da Estratégia Nacional para a Economia Social.

7. MEDIDAS DE CAPACITAÇÃO PRIORITÁRIAS

2.6. *Que medidas concretas considera prioritárias para reforçar a capacitação das entidades da economia social?*

As medidas prioritárias para o setor apontadas pela consulta procuram responder aos desafios, necessidades e dimensões prioritárias apontadas em perguntas anteriores. Nesse sentido, é possível organizá-las em **oito eixos principais**, sintetizados na tabela seguinte:

Tabela 3

Medidas concretas consideradas prioritárias para a capacitação da Economia Social em Portugal

Principais Medidas de Capacitação	
M1 Formação e capacitação contínua	Forte incidência na necessidade de medidas que promovam a profissionalização da gestão através de programas estruturados (e não pontuais), dirigidos a dirigentes, quadros intermédios e equipas operacionais, com conteúdos práticos em liderança, gestão financeira e contabilística específica do setor, gestão de projetos, qualidade, comunicação/marketing social, angariação de fundos, contratação pública, <i>compliance</i> e transformação digital. Em vários contributos surge a proposta de cursos avançados (incluindo pós-graduações e formações interuniversitárias), bem como modalidades flexíveis (online, modulares) e formação-ação acompanhada no terreno.
M2 Apoio técnico permanente e de proximidade	Os respondentes apelam à existência de canais de capacitação, sobretudo centros regionais, que prestem consultoria jurídica, financeira, de gestão e de candidaturas (fundos nacionais e europeus), incluindo mentoria, <i>coaching</i> e supervisão profissional. Aqui, a medida “acompanhamento contínuo” aparece como crítica para entidades pequenas, que não têm massa crítica interna para dar resposta à complexidade administrativa e regulatória.
M3 Financiamento orientado para capacitação e sustentabilidade	São propostas linhas dedicadas para modernização organizacional e contratação de perfis especializados, modelos plurianuais previsíveis, instrumentos híbridos (público-privado/investimento de impacto), apoios à reabilitação/eficiência energética e mecanismos que assegurem

Principais Medidas de Capacitação	
	pagamentos atempados e justos pelos serviços. Em paralelo, surgem medidas fiscais para reforçar captação de recursos (benefícios ao mecenato/doações, redução de encargos, crédito/garantias) e simplificação do acesso aos fundos.
M4 Valorização e retenção de recursos humanos	Este eixo traduz-se em medidas de carreira e condições de trabalho muito relacionadas com as características específicas das entidades com estatuto de IPSS ou equiparadas: revisão remuneratória, equiparações tendo como referência o setor público, valorização das categorias, incentivos à contratação e estágios/bolsas para atrair jovens qualificados (gestão, economia, engenharia), além de mecanismos para sucessão e renovação geracional na liderança. Em algumas respostas, surge também a necessidade de profissionalizar funções dirigentes e reduzir a dependência de voluntariado dirigente, como condição para gestão qualificada e <i>accountability</i> .
M5 Digitalização e modernização tecnológica	Surgem neste âmbito propostas muito operacionais: vouchers tecnológicos, financiamento para software de gestão (utentes, tesouraria, recurso humanos, CRM - Customer Relationship Management - social), plataformas de gestão documental e reporte, interoperabilidade com entidades públicas, cibersegurança, literacia digital das equipas e adoção de tecnologia que permitam a realização de tele-serviços quando aplicável. A digitalização é descrita como meio para reduzir burocracia, libertar tempo e melhorar eficiência e transparência.
M6 Cooperação estruturada em rede	É feito o apelo para ir além de “parcerias” pontuais com o fomento à criação de redes locais e intermunicipais, consórcios temáticos, “redes de redes”, partilha de serviços e recursos (incluindo compras e serviços partilhados), comunidades de prática e mecanismos de intercâmbio (nacional e internacional) para disseminação rápida de boas práticas. Em vários contributos, a rede é apresentada como instrumento de escala, racionalização e aprendizagem coletiva.
M7 Medição de impacto, transparência e qualidade	Propõe-se o desenvolvimento de indicadores comuns (financeiros e não financeiros), balanço social, relatórios de impacto, ferramentas simplificadas de avaliação, e ligação destes instrumentos a critérios de financiamento. Em alguns casos aparece também a ideia de auditorias externas como forma de reforçar confiança e melhorar governação.
M8 Enquadramento institucional e regulatório	Apelo à revisão/simplificação de procedimentos (incluindo contratação pública), clarificação de papéis entre Estado, poder local e entidades, reforço/territorialização de estruturas representativas, e, em algumas respostas, a criação de estatutos específicos (por exemplo, para empresas sociais e o estatuto fiscal) e de mecanismos formais de auscultação contínua do setor para desenhar medidas ajustadas.

A leitura integrada das medidas prioritárias de capacitação evidencia uma conclusão central: o setor reclama um **ecossistema estruturado de capacitação**, articulando profissionalização, financiamento adequado, modernização tecnológica e enquadramento institucional coerente.

Em resumo, as respostas convergem em propostas de medidas onde o desenvolvimento, capacitação e qualificação do setor passam por combinar programas formativos estruturados e aplicados, apoio técnico continuado, financiamento previsível orientado para modernização e recursos humanos, ajustamento institucional, digitalização e simplificação, e redes e instrumentos de impacto que permitam escala, aprendizagem e credibilidade do setor.

8. MECANISMO DE COORDENAÇÃO

2.7. *Que mecanismos de coordenação e consulta entre os diversos atores (públicos, privados, sociedade civil) considera que deveriam ser criados ou reforçados?*

A leitura agregada das respostas aponta para um entendimento relativamente convergente, ou seja, os mecanismos de coordenação e consulta existentes são vistos como **insuficientemente operacionais, pouco inclusivos** e com **fraca capacidade de influenciar o desenho das políticas**. O setor pede uma arquitetura de governação multiactor mais estável, com diferentes níveis (nacional–regional–local), instrumentos digitais e uma base de dados robusta para suportar decisões.

Em termos de mecanismos concretos, sobressaem sete propostas:

1. **Reforço e operacionalização das estruturas nacionais de concertação e representação:** muitas respostas pedem a dinamização do **Conselho Nacional para a Economia Social (CNES)** como órgão de concertação permanente, com reuniões regulares, mandato claro e capacidade efetiva de influenciar políticas antes da fase final de consulta. Em paralelo, é frequente a proposta de reforçar as estruturas representativas (confederações, federações e plataformas setoriais), para aumentar a coesão do setor e evitar fragmentação. Surge ainda a ideia de criar um interlocutor único/mais forte perante o Governo, reduzindo a dispersão de vozes e reforçando legitimidade negocial.
2. **Coordenação interministerial e reforço institucional do Estado para a Economia Social:** várias respostas apontam a necessidade de uma coordenação transversal no Governo (secretaria de estado, direção-geral, agência, delegação interministerial ou estrutura de missão) para alinhar medidas, reduzir sobreposições, diminuir burocracia e garantir coerência entre políticas de segurança social, saúde, educação, emprego, habitação e justiça. O racional prende-se com a transversalidade do setor que exige um centro de coordenação política com capacidade de harmonizar programas e regras, e de aproximar normativos da realidade operacional.
3. **Governação territorial através de estruturas regionais e locais com poder de ação:** um dos pontos mais recorrentes são propostas de criação ou reforço de conselhos regionais e locais de Economia Social (municipais, intermunicipais, distritais, NUTS III), com representação de autarquias, Comunidades Intermunicipais (CIM), Comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), serviços públicos, entidades da Economia Social, empresas, academia e comunidades. O objetivo é territorializar prioridades, planear redes de resposta, evitar duplicações e assegurar coordenação próxima do terreno. Ao mesmo tempo, há críticas ao funcionamento de algumas redes locais por serem demasiado controladas pelas autarquias, pelo que se pede reforço de autonomia, maior pluralidade e mecanismos de supervisão e transparência.

4. **Mecanismos temáticos permanentes e metodologias participativas (co-criação):** o setor sugere grupos de trabalho temáticos permanentes (temas como a saúde, envelhecimento, infância, habitação, transição digital, sustentabilidade, inclusão, etc.) e a adoção de metodologias participativas que vão além da auscultação: diagnósticos partilhados, ideação, prototipagem, testagem e validação pós-implementação. A expectativa é que as entidades deixem de ser apenas executoras e passem a coprodutoras de soluções e de políticas, com mediação profissional para garantir participação real (incluindo técnicos, recursos humanos no terreno e representantes dos beneficiários).
5. **Plataformas digitais, diretórios e “balcão único” para partilha e consulta:** plataformas digitais nacionais e regionais para consulta pública, recolha de contributos, divulgação de resultados, e para colaboração contínua entre entidades, são encaradas como essenciais para coordenação e consulta. Este ponto inclui também ideias como diretórios pesquisáveis com filtros, mapeamento de necessidades e recursos, publicação de medidas em consulta e criação de um “balcão único” de articulação institucional. A ambição é reduzir assimetrias e diminuir redundâncias e custos de coordenação.
6. **Observatórios e reporte de dados obrigatório:** intimamente relacionado com a capacidade de coordenação e consulta está a disponibilidade de informação. Nesse sentido, o setor apela a dados mais detalhados e comparáveis através do reforço/criação de observatórios (nacionais e regionais), censos e indicadores de impacto, relatórios periódicos e benchmarking. Algumas respostas explicitam a dificuldade de isolar dados por “famílias” e defendem reporte obrigatório à CASES para todas as entidades da Economia Social, como condição para planeamento, transparência e decisão baseada em evidência. A recolha e análise de dados é vista como infraestrutura crítica para credibilizar o setor e orientar investimento.
7. **Pontes com o setor privado:** as respostas também valorizam mecanismos específicos de articulação com empresas e investidores como mesas de diálogo com o setor privado, conselhos estratégicos para investimento de impacto, plataformas de *matching* entre necessidades das entidades e apoio empresarial (técnico e financeiro), e instrumentos de cofinanciamento (fundos mistos, títulos/contratos de impacto social). Neste âmbito, a lei do mecenato surge como alavanca central a reforçar (limites, âmbitos, incentivos), bem como a promoção de responsabilidade corporativa e voluntariado qualificado.

Em síntese, os mecanismos considerados necessários pelo setor convergem para (i) órgãos de concertação nacionais mais operacionais e representativos, (ii) coordenação interministerial com mandato claro, (iii) estruturas territoriais permanentes para planeamento e decisão partilhada, (iv) grupos temáticos e metodologias de co-criação, (v) plataformas digitais para consulta e colaboração, (vi) um sistema robusto de dados para decisão baseada em evidência, e (vii) mecanismos formais de aproximação ao setor privado via mecenato, parcerias e investimento de impacto.

9. PÚBLICO-ALVO PARA UM PLANO DE COMUNICAÇÃO

2.8. Quem considera que deve ser o público-alvo prioritário de um plano de comunicação para a economia social? E quais deveriam ser os seus principais objetivos?

Quando questionados sobre qual o público-alvo prioritário de um plano de comunicação, as respostas indicam uma clara prioridade para a **sociedade em geral** entendida como pessoas singulares, opinião pública e utilizadores/consumidores das respostas do setor, o que sugere que o principal desafio do plano de comunicação é aumentar o conhecimento, a literacia e a valorização pública da Economia Social, normalizando a sua presença no quotidiano e reforçando a confiança no setor.

Em segundo lugar, surgem os **decisores políticos e a administração pública**, a diferentes níveis (nacional, regional e local) evidenciando que a comunicação deve também ser dirigida a quem define enquadramentos legais, modelos de financiamento e prioridades de política pública, revelando a importância de reconhecimento e visibilidade institucional.

O **setor empresarial e investidores** são também muito referidos refletindo a expectativa de que a comunicação ajude a mobilizar parcerias, investimento social e mecanismos de mecenato, reforçando a Economia Social como parceiro credível e profissional.

Seguem-se o **público interno do setor**, sobretudo os seus profissionais, dirigentes e voluntários, o que aponta para a necessidade de combinar comunicação externa com uma dimensão de coesão identitária, alinhamento e capacitação interna; e os mais **Jovens**, o que inclui não só estudantes em vários níveis de escolaridade, mas também escolas, professores e “recém-licenciados”, salientando a importância que os participantes dão à renovação geracional e na atração de talento.

A **comunicação social e formadores de opinião** é um grupo menos explícito, mas são encarados como importantes para reforçar o alcance, reputação e narrativa do setor da Economia Social. Por fim, a categoria “**Outros**” concentra segmentos mais específicos (públicos vulneráveis, grupos profissionais ou territoriais), sugerindo a utilidade de ações mais segmentadas e contextuais, sem substituir os eixos prioritários identificados.



Figura 8
Distribuição das respostas por principais populações-alvo identificadas para um futuro plano de comunicação para a Economia Social

Face aos públicos-alvo mais relevantes, a análise das respostas permite identificar um conjunto relativamente consistente de prioridades estratégicas para um plano de comunicação da Economia Social, que podem ser organizadas em **cinco grandes grupos**:

1. Aumentar visibilidade, (re)conhecimento e notoriedade do setor:

A comunicação deve tornar claro o que é a Economia Social, qual a sua diversidade organizacional, os seus princípios e valores e qual o seu peso económico e social, combatendo estereótipos associados a assistencialismo ou caridade. Várias respostas sublinham a importância de posicionar o setor como pilar estratégico da economia nacional, moderno, inovador e profissional, comunicando boas práticas e dados de impacto, emprego, VAB e contributo para a coesão territorial.

2. Criar uma identidade comum e reforçar a coesão interna do setor.

Várias respostas defendem a construção/reforço de uma identidade agregadora da Economia Social, com linguagem unificadora e positiva, bem como a partilha de boas práticas, recursos e conhecimento entre entidades. A comunicação não deve ser apenas externa, mas também interna, alinhando dirigentes, profissionais e voluntários em torno de uma narrativa estratégica comum.

3. Influenciar políticas públicas.

O plano de comunicação deve contribuir para sensibilizar decisores, influenciar políticas públicas e garantir enquadramentos legais e financeiros mais adequados, posicionando o setor como parceiro de excelência na resolução de problemas sociais e no desenvolvimento sustentável do país. Neste contexto, a comunicação deve ser segmentada, adaptada a

diferentes territórios e públicos, e orientada para mudança de perceções e comportamentos, mais do que mera divulgação informativa.

4. Mobilizar recursos financeiros e humanos.

É recorrente a ideia de utilizar um plano de comunicação para atrair investimento social, mecenato e parcerias empresariais, demonstrando o duplo retorno (social e económico) das iniciativas. Em paralelo, deve posicionar a Economia Social como espaço profissional atrativo com propósito, inovação e impacto, captando jovens e talento qualificado.

5. Mobilizar envolvimento e participação

Para além da informação, a comunicação deve induzir comportamento. Deve apelar explicitamente à participação pessoal nas organizações, promovendo voluntariado, adesão associativa, consumo consciente, e envolvimento das comunidades locais. Particular destaque deve ser dado aos jovens, estimulando o seu envolvimento e a renovação das lideranças.

As respostas convergem na necessidade de um plano de comunicação estratégico, segmentado e orientado para mudança de perceções e comportamentos. Não se trata apenas de dar a conhecer o setor, mas de o posicionar como ator económico e social central, baseado em impacto, transparência e profissionalismo. A comunicação deve simultaneamente educar, mobilizar, atrair talento e investimento e consolidar uma identidade coletiva forte, garantindo renovação geracional e maior participação cívica nas organizações da Economia Social.

10. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES

2.9. *Quais seriam os principais resultados esperados de uma estratégia para a economia social? Que indicadores mostrariam que a estratégia foi eficaz?*

A análise global das respostas evidencia uma visão estratégica relativamente alinhada quanto aos resultados esperados de uma Estratégia Nacional para a Economia Social. De forma sintética, o setor aspira a um **reforço estrutural da sua sustentabilidade**, a uma **valorização efetiva dos recursos humanos**, a uma **modernização organizacional baseada em inovação e digitalização**, a um **aumento mensurável do impacto social e territorial** e ao aumento do **reconhecimento institucional e público**. Cada um destes eixos é explicado em maior detalhe na **Tabela 4**, onde se incluem igualmente alguns exemplos de indicadores apontados para monitorização de resultados.

Em síntese, uma estratégia eficaz será aquela que fortaleça a base económica e organizacional do setor, valorize os seus profissionais, produza impactos sociais demonstráveis, sustentados por indicadores objetivos e por um sistema robusto de monitorização e avaliação, e que conduza à consolidação da Economia Social como ator central do desenvolvimento nacional.

Tabela 4

Principais resultados esperados e indicadores de uma estratégia para a Economia Social

Principais Resultados esperados		Exemplos de Indicadores	
Sustentabilidade e autonomia financeira	Espera-se um setor menos dependente de apoios pontuais e mais assente em financiamento estável, plurianual e diversificado. Espera-se igualmente maior geração de receitas próprias, investimento de impacto, revisão de acordos de cooperação ajustados ao custo real dos serviços e redução do endividamento estrutural.	Indicadores económicos e financeiros	• % média de receitas próprias face ao total do orçamento • Diversificação de fontes de financiamento • Volume de investimento privado e de impacto social captado • Percentagem de entidades com financiamento plurianual • Tempo médio de pagamento dos acordos de cooperação • Rácio de custo coberto (>95% em algumas propostas) • Crescimento do peso da Economia Social no PIB/VAB • Crescimento do emprego no setor (direto e indireto) • Redução do défice ou endividamento institucional • Crescimento anual da receita própria (ex.: +10%)
Profissionalização, valorização e retenção de recursos humanos	Há forte expectativa de melhoria das condições salariais, definição de carreiras próprias, redução da rotatividade, aumento da qualificação técnica e reforço da atratividade do setor para jovens e quadros especializados.	Indicadores de recursos humanos	• Taxa de rotatividade (redução anual, ex.: -5%) • Aumento real do salário médio (ex.: +7%) • % de profissionais com formação certificada (>80% em algumas respostas) • Nº de horas de formação contínua por trabalhador • Índice de satisfação das equipas • Nº de jovens integrados no setor
Modernização organizacional e digitalização	A estratégia deverá traduzir-se em maior eficiência administrativa, simplificação burocrática, adoção de sistemas digitais de gestão e reporte, utilização estratégica de dados e medição sistemática de impacto.	Indicadores de inovação e digitalização	• % de entidades com sistemas digitais de gestão (>70% em algumas propostas) • Nº de projetos de inovação social implementados • Proporção de entidades com indicadores de impacto definidos e publicados • Nº de projetos-piloto implementados ou replicados • Investimento anual em modernização tecnológica • Índice de maturidade digital
Inovação social e ambiental	Promoção de projetos inovadores, modelos replicáveis, integração da transição digital e ecológica e desenvolvimento de soluções baseadas em evidência.		

Principais Resultados esperados		Exemplos de Indicadores	
Aumento do impacto social e da cobertura das territorial	Espera-se expansão territorial, redução de listas de espera, maior proximidade às comunidades e respostas mais integradas e especializadas, particularmente em áreas como envelhecimento, saúde mental, pobreza, infância, inclusão e habitação.	Indicadores territoriais e estruturais	• Cobertura territorial das respostas (% de concelhos/freguesias) • Nº de entidades criadas ou fortalecidas por região • Nº de respostas sociais novas abertas • Crescimento do emprego em zonas rurais • Redução de desigualdades regionais
Redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida	A estratégia é vista como instrumento de transformação social: redução da pobreza, diminuição do isolamento, melhoria do bem-estar, aumento da empregabilidade de grupos vulneráveis e reforço da coesão territorial.	Indicadores de impacto social	• Nº de beneficiários apoiados • Redução da taxa de pobreza e exclusão • Taxa de reinserção profissional (+10% sugerido) • Redução de listas de espera em áreas críticas • Tempo médio de resposta aos pedidos • Redução de idas às urgências hospitalares • % de melhoria no bem-estar físico, emocional e social • Redução do isolamento social • Taxa de empregabilidade de grupos vulneráveis • Nº de vagas criadas em respostas sociais (creche, cuidados continuados, etc.) • Redução da reincidência em situações de violência ou dependência
Reforço da cooperação e articulação intersetorial	Maior trabalho em rede entre entidades sociais, Estado, setor privado e academia, com participação ativa na definição de políticas públicas e menor duplicação de respostas.	Indicadores de cooperação e governança	• Nº de redes e consórcios ativos • Nº de parcerias público-privadas-sociais • Frequência de mecanismos de concertação • Participação em consultas públicas • Nº de políticas públicas influenciadas pelo setor • Nº de organizações com planos estratégicos e relatórios de impacto publicados
Reconhecimento institucional e valorização pública do setor	O setor espera maior integração nas políticas públicas, reconhecimento político, visibilidade mediática e mudança de perceção — de assistencialismo para parceiro estratégico de desenvolvimento.	Indicadores de reconhecimento e comunicação	• Nível de perceção pública sobre o papel da Economia Social (medido por inquéritos nacionais). • % de portugueses que são (ou reconhecem que são) membros ou utentes de entidades da Economia Social. • Cobertura mediática positiva • Nº de voluntários ativos

Principais Resultados esperados		Exemplos de Indicadores	
			• Nº de donativos individuais e empresariais • Participação em campanhas e eventos públicos • Publicação de legislação específica para empresas sociais e regulamentação associada. • Nº. de entidades reconhecidas como empresas sociais

11. CONCLUSÕES

De forma global, a consulta pública evidencia uma visão convergente: o setor procura uma Estratégia Nacional centrada em necessidade de financiamento e sustentabilidade financeira, valorização de pessoas e profissionalização da gestão, com modernização tecnológica, simplificação regulatória e coordenação multiactor. A prioridade não é apenas expandir respostas, mas criar condições sistémicas para consolidar, qualificar, inovar e demonstrar impacto, reforçando a Economia Social como pilar estrutural do desenvolvimento e da coesão social e territorial em Portugal.

Adicionalmente, e em termos globais, os resultados desta auscultação também apresentam forte coerência com as consultas às partes interessadas realizadas entre 8 e 10 de outubro de 2025 pela OCDE com o apoio da CASES e DGSS. Os dois exercícios convergem nos pilares estratégicos fundamentais, destacando-se:

- Reforço da coordenação e governação multiactor
- Aumento da visibilidade e reconhecimento institucional
- Profissionalização e valorização de recursos humanos
- Capacitação técnica, humana e digital
- Sustentabilidade financeira e modelos de financiamento adequados
- Ambiente regulatório favorável

As diferenças observadas são sobretudo de ênfase e aprofundamento, não de orientação estratégica. Ainda assim, identificam-se algumas diferenças a considerar:

- **Peso da dimensão territorial:** este relatório evidencia de forma mais marcada as desigualdades territoriais e a necessidade de apoio diferenciado a territórios de baixa densidade. Embora as conclusões anteriores da OCDE reconheçam o papel do setor na coesão territorial, a territorialização não surge com o mesmo grau de centralidade estratégica;
- **Digitalização:** surge como desafio estrutural e como medida concreta de modernização organizacional. As conclusões da auscultação liderada pela OCDE também abordam literacia digital e utilização de plataformas, mas enquadram a questão sobretudo na ótica da eficiência administrativa e centralização de informação, não tanto como eixo transformador interno das organizações;
- **Potencial setorial e desafios futuros:** os resultados desta auscultação permitem salientar a preocupação com o aumento da complexidade das necessidades sociais e desenvolve com maior detalhe as áreas de impacto atual e potencial futuro (habitação, saúde mental, envelhecimento, inovação social, transição ecológica).

Não obstante, as convergências entre os diferentes momentos de auscultação reforçam a robustez das conclusões extraídas no processo nacional de consulta pública, sugerindo que as prioridades identificadas refletem preocupações estruturais amplamente partilhadas entre diferentes atores.

Nesse sentido, os resultados sistematizados no presente relatório constituirão um contributo estruturante para a definição dos elementos fundamentais de uma Estratégia Nacional para a Economia Social. As prioridades, desafios, necessidades e propostas identificadas serão consideradas no processo de formulação estratégica, designadamente na definição de eixos de intervenção, metas e mecanismos de monitorização. Simultaneamente, os contributos recolhidos servirão como elementos informativos e fundamentação empírica do relatório final da Estratégia, relatório esse a preparar pela OCDE, assegurando que as opções estratégicas adotadas refletem as preocupações e expectativas expressas pelos diferentes atores envolvidos e se baseiam numa leitura consolidada e participada da realidade do setor.

RESULTADOS DA AUSCULTAÇÃO AO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

Esta infografia apresenta os principais resultados da consulta pública promovida pela **CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social**, com o objetivo de recolher junto de todo o ecossistema da Economia Social contributos sobre os principais **desafios, necessidades e prioridades** para este setor, de modo a informar o desenvolvimento de uma **Estratégia Nacional para a Economia Social**¹ assente em 4 pilares:

**PRIORIDADES
ESTRATÉGICAS**

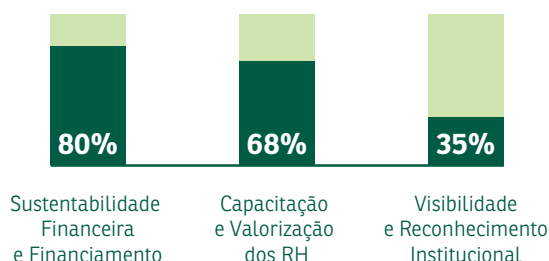
**MECANISMO
DE COORDENAÇÃO**

**PLANO NACIONAL
DE COMUNICAÇÃO**

**MECANISMO
DE MONITORIZAÇÃO**

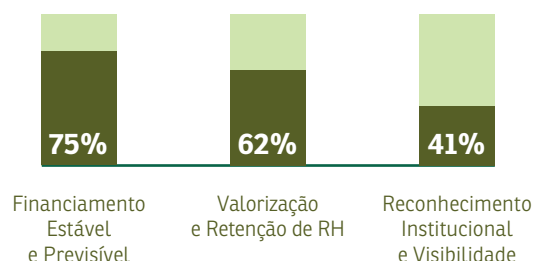
PRINCIPAIS CONCLUSÕES

TOP 3 DESAFIOS



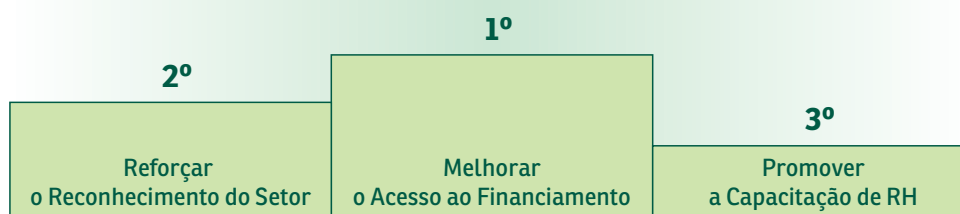
■ % do total de respostas válidas (n=221)

TOP 3 NECESSIDADES



■ % do total de respostas válidas (n=208)

OS 3 EIXOS PRIORITÁRIOS PARA UMA ESTRATÉGIA NACIONAL



Dimensões complementares: a inovação social, a promoção regional e local e a modernização digital

PRINCIPAIS RESULTADOS ESPERADOS



¹ Consulta efetuada no âmbito do projeto internacional «Apoiar o desenvolvimento da Economia Social como motor de crescimento» desenvolvido pela Comissão Europeia, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a CASES e a Direção-Geral da Segurança Social (DGSS).

PERFIL DOS PARTICIPANTES



Consulta Realizada entre **6 de outubro** e **31 de novembro** de 2025



1 203 acessos



29% com contributos



863 respostas válidas



80%

Atores da Economia Social



49%

IPSS ou equiparadas



70%

Distritos do Litoral

Consulta com forte coerência temática, apesar da sobre-representatividade das IPSS

EIXOS FUNDAMENTAIS DE UM MODELO DE COORDENAÇÃO



Infraestrutura Digital

Plataformas e Diretórios

Mapeamento

Balcão Único



Reforço das estruturas nacionais de concertação e representação

CNES



Coordenação interministerial



Governança regional e local

CIM
CCDR



Grupos temáticos permanentes e Co-criação



Articulação com o setor privado

Investidores
Mecenato



Dados e Evidência

Reporte Estruturado e Obrigatório

Dados Comparáveis

Indicadores de Impacto

ELEMENTOS CHAVE DE UM PLANO DE COMUNICAÇÃO

PRINCIPAL PÚBLICO-ALVO



57%

Sociedade em geral
(cidadãos/opinião pública)



45%

Decisores políticos
e administração pública

■ % do total de respostas válidas (n=221)

OBJETIVOS CENTRAIS

Reforçar (re)conhecimento e notoriedade do setor

Promover coesão interna

Influenciar políticas públicas

Mobilizar recursos financeiros e humanos

Mobilizar envolvimento e participação

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESSENCIAIS



Económicos e financeiros



Recursos humanos



Inovação e digitalização



Territoriais e estruturais



Impacto Social



Cooperação e governança



Reconhecimento e comunicação